



O sentido da esquerda

Há 40 anos foi começado em Portugal um processo revolucionário que provocou uma ruptura entre dois tempos. Houve claramente um antes e um depois; um regime autoritário deu lugar a um regime democrático. Herdámos dessa ruptura um documento basilar, uma Constituição, que está assente em princípios humanistas, universais e igualitários, acima de qualquer retórica ideológica: é o próprio edifício democrático em que cada um de nós pode actuar. Ao compararmos o mundo de hoje com o de há 40 anos, percebemos facilmente que são duas realidades que pouco ou nada têm em comum. Se há quatro décadas a utopia marxista estava ainda a resistir à sua erosão, hoje fala-se sobretudo em supressão e em fim de ciclo. Isto acontece porque a utopia não se mostrou concretizável, claudicou, e aquilo que resta após a sua implosão é uma sensação de impossibilidade. Facto. Isto traz-nos a uma questão que se deve colocar sem assombro: o que significa a Esquerda, hoje, em Portugal? Afinal, que herança temos de Abril?

Além dos valores humanistas, universais e igualitários que parecem ser comuns em regimes democráticos, nunca parece ter havido uma Esquerda em Portugal, nestes últimos 40 anos. Existem, sim, Esquerdas que estão de costas voltadas, e uma falsa Esquerda que se auto-designa como Partido Socialista, o qual é um dos maiores equívocos do regime democrático inaugurado a 25 de Abril de 1974. Se houvesse um sentido de Esquerda em Portugal, não poderia haver tanta desigualdade social, não poderia haver tanta pobreza, não poderia haver tanto descrédito nas instituições democráticas, não poderia haver um país que continua nas mãos de castas que controlam o poder económico, que por sua vez controla o poder político. Isto não é um sentido de Esquerda. E isto faz com que este país fique preso num conservadorismo elitista que tudo fará para que os valores fundamentais da Constituição sejam subvertidos e anulados. Se deixarmos que isto aconteça, os últimos 40 anos de pouco ou nada nos servem. O que as esquerdas devem fazer é reinventarem-se; olharem para o mundo que sempre quiseram mudar para melhor, e perceber de que maneira podem hoje pensar e propor um modelo social que impeça a desagregação, e promova acima de tudo igualdade e liberdade. Porque igualdade e liberdade são valores que as elites conservadoras não compreendem, não aceitam e não respeitam, por considerarem que o poder e o conhecimento não podem sair da sua esfera de

influência. Foi precisamente isto que a Esquerda sempre contrariou, por acreditar numa sociedade aberta e plural.

E porque a história das civilizações é feita de interrupções, de recomeços, de avanços, temos de nos perguntar, com a seriedade possível, como queremos viver em sociedade no final deste ciclo civilizacional, marcado por um capitalismo esmagador.

Qual é a importância das nossas relações de proximidade, que estabelecemos com a comunidade a que pertencemos? Quais são as consequências imediatas das nossas escolhas, mesmo que nos pareçam por vezes insignificantes, mas que determinam o estado do mundo? Que modo de vida ambicionamos para nós mesmos e para aqueles que nos vão suceder? São três respostas a perguntas fundamentais, cada uma situada num espaço diferente: o espaço imediato da comunidade e da região, que é o da nossa vivência; o espaço global, que é o da nossa sobrevivência enquanto espécie; o espaço a construir, que é o futuro próximo.

Em cada resposta há um pressuposto que condiciona tudo o resto: ética, ou seja, aquilo que posso ambicionar para mim deve ser aquilo que todos possam ambicionar para si mesmos. Isto é a base de um projecto comum. Todavia, ética é provavelmente a maior falha do ser humano, e neste aspecto particular todas as ideologias se mostraram falíveis.

Se hoje cerca de metade dos cidadãos estão desligados das decisões políticas, havendo uma tendência para que essa indiferença aumente, esse descrédito é da única e exclusiva responsabilidade da classe política, por não ter conseguido conduzir o processo revolucionário iniciado em Abril de 1974 e terminado em Novembro de 1975. Se da direita conservadora não se pode esperar mais do que temos, da esquerda esperamos muito mais, mas não foi alcançado. Importa, por isso, regressar à comunidade, ver como vivem as pessoas nas nossas ruas e bairros, ver como podem viver melhor, acedendo à educação, à saúde e à cultura, perceber que condições são necessárias para concretizarem os seus projectos de vida, a sua realização pessoal.

É por esta razão que a política autárquica e local deve ser profundamente repensada, para que a população seja bem servida e não usurpada, como tem sido. Devemos pensar numa democracia mais directa, mais descentralizada, mais ágil, mais perto de cada um de nós. Neste sentido, é urgente avançar com uma regionalização; desenhar um novo mapa administrativo e político para o país, que dê maior autonomia às populações e impeça assimetrias entre litoral e interior, além de promover uma gestão territorial equilibrada. Este tempo que vivemos é o de recuperar a ideia de comunidade, de apoio mútuo, de identidade dos lugares que decidimos habitar, de relacionamento de proximidade, de exercer

uma cidadania informada e consciente. Isto só acontece com instituições democráticas perto das pessoas, de acesso universal à cultura, de igualdade de oportunidades, de concretização das nossas ambições mais justas. Pertencemos ao mundo, mas se é aqui que decidimos estar e construir uma vida, é porque acreditamos num país melhor e numa sociedade mais solidária.